

Lei Ordinária nº 661/1979

Adapta ao Salário Mínimo Regional os vencimentos do Pessoal Administrativo da Câmara.

O Sr. Joaquim Faustino Rosa, Prefeito Municipal de Camapuã: Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Publicada em 18 de dezembro de 1979

Art. 1°.

Os vencimentos do	Pessoal	Administrativo	da	Câmara,	relacionandos	no	artigo	1º	da	Lei	nº	649,	de
20/06/79, passam a vigorar com os seguintes valores:													

a) -

b) -

Escriturário - Padrão "B" - Referência V - Cr\$ 2.554,00

c) -

Servente/Diarista CLT - Salário Mínimo Regional - Cr\$ 2.364,00

Art. 2°.

O salário-família corresponde a cinco por cento (5%) do salário mínimo regional, por dependente.

Art. 3°.

As despesas advindas do cumprimento desta Lei serão cobertas pelas dotações orçamentárias específicas de Pessoal, suplementadas se necessário.

Art. 4°.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e seus efeitos são a partir de 1° de novembro de 1979.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã, 18 de dezembro de 1979

(a) Joaquim Faustino Rosa

Prefeito Municipal